



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ALÉM DO DISCIPLINAMENTO

Isabel Cristina de Jesus Brandão
(UESB)

RESUMO

Nesse trabalho pretendo discutir a ludicidade em alguns documentos que versam sobre as políticas públicas para educação infantil no Brasil. Destaco que inicio os estudos sobre essa temática a partir das inquietações com um direcionamento exclusivamente didático do lúdico na educação infantil. O trabalho constitui um estudo científico teórico. A partir dos estudos de Walter Benjamin compreendo que a ludicidade não deve ser desenvolvida na educação infantil com o objetivo exclusivamente didático, por meio do qual, se enquadra/aprisiona uma atividade fundamental da criança, na qual ela se constrói enquanto sujeito e vivencia a sua infância. Nesse sentido compreendo que, assim como em outros momentos da vida, o momento da brincadeira, da ludicidade exige por parte do adulto uma ação/postura verdadeira/transparente com a criança. A ludicidade deve ser vista pelo adulto como um momento de liberdade da criança e, que compete a ela a autonomia no direcionamento dessa atividade, na qual se constrói enquanto sujeitos do seu tempo histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade, Educação Infantil, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se insere no debate sobre a ludicidade e educação infantil. O interesse pelo tema surge das experiências vivenciadas na atividade docente no ensino superior, que tem possibilitado observar um crescimento de trabalhos monográficos sobre a temática cujo enfoque é o lúdico enquanto atividade didática

*Doutora em Educação, Profa. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Grupo de Pesquisa: Infância e Educação Infantil. E-mail: icjbrandao@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

no trabalho desenvolvido com crianças da educação infantil. Fato que gerou várias inquietações e questionamentos: será que não podemos pensar o lúdico para além do paradigma didático? O que dizem os documentos oficiais das políticas públicas de educação infantil?

Assim, por meio de uma revisão de literatura fundamentada principalmente no trabalho de Benjamin e Kishimoto busco um novo olhar sobre a ludicidade na educação infantil. Além disso, analisei alguns documentos sobre as políticas da educação infantil para subsidiar os meus estudos, que considero ainda em fase inicial, pois, acredito que há muitas questões para serem pesquisadas e discutidas com o intuito de avançarmos em propostas e ações que promovam uma educação infantil de qualidade.

Desenvolvimento

No Brasil, a discussão sobre ludicidade em educação infantil ganha destaque a partir dos anos 80 do século XX com a garantia na Constituição de 1988 da educação das crianças em creches e pré-escolas e foi reafirmado na LDB 9394/96.

Já em 1995 o documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, (MEC, Secretaria de Educação Fundamental, Coordenadoria Geral de Educação Infantil) elaborado por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg, traz como primeiro critério para o atendimento das crianças de 0 a 6²⁷² anos o direito à brincadeira.

Nossas crianças têm direito à brincadeira

- Os brinquedos estão disponíveis às crianças em todos os momentos

²⁷² Optei por continuar utilizando a definição da LDB sobre a faixa etária das crianças da educação infantil



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- Os brinquedos são guardados em locais de livre acesso às crianças
 - Os brinquedos são guardados com carinho, de forma organizada
 - As rotinas da creche são flexíveis e reservam períodos longos para as brincadeiras livres das crianças
 - As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil
 - Ajudamos as crianças a aprender a guardar os brinquedos nos lugares apropriados
 - As salas onde as crianças ficam estão arrumadas de forma a facilitar brincadeiras espontâneas e interativas
 - Ajudamos as crianças a aprender a usar brinquedos novos
 - Os adultos também propõem brincadeiras às crianças
 - Os espaços externos permitem as brincadeiras das crianças
 - As crianças maiores podem organizar os seus jogos de bola, inclusive futebol
 - As meninas também participam de jogos que desenvolvem os movimentos amplos: correr, jogar, pular
 - Demonstramos o valor que damos às brincadeiras infantis participando delas sempre que as crianças pedem
 - Os adultos também acatam as brincadeiras propostas pelas crianças (BRASIL, 1995, p. 12).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Aqui darei destaque especial ao item “As famílias recebem orientação sobre a importância das brincadeiras para o desenvolvimento infantil”, pois, percebemos que uma das dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação infantil é convencer as famílias que a brincadeira tem um papel importante no processo educativo da criança e, que cobrar da instituição de educação infantil um atendimento que vise somente o ensino da leitura e escrita (como, infelizmente, acontece no ensino fundamental) dificulta o desenvolvimento da criança. Brincar não significa tempo perdido, mas sim, grande aprendizagem.

É importante que os adultos compreendam que possibilitar a ludicidade é compreender a criança no seu presente histórico e que na subordinação da Educação Infantil ao Ensino Fundamental as crianças são pensadas para o futuro: o futuro trabalhador, o futuro cidadão.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9394/96) referenda os direitos da criança garantidos na Constituição e contribuiu para a elaboração de diversos documentos como: o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, etc, que abordam a importância do lúdico/brincadeira na educação da criança de 0 a 6 anos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelece que:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa,



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009).²⁷³

E no Art. 6º defini os princípios que devem ser respeitados nas propostas pedagógicas de Educação Infantil:

- I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Mas, apesar de todos esses avanços em termos de legislação, devemos nos questionar o que tem sido feito no cotidiano das instituições de ensino. É importante destacar que parto do princípio de que o lúdico não deve ser um recurso didático na Educação Infantil, mas, uma forma pela qual devemos permitir que as crianças possam vivenciar a sua infância. Nesse sentido compreendo que, assim como em outros momentos da vida, o momento da brincadeira, da ludicidade, exige por parte do adulto uma ação/postura verdadeira/transparente com a criança, pois, “[...] A criança exige do adulto uma representação clara e compreensível, mas não ‘infantil’. Muito menos aquilo que o adulto costuma considerar como tal. E já que a criança possui senso aguçado mesmo para uma

²⁷³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 - *Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 1º, alínea “c” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de dezembro de 2009, resolve: Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

seriedade distante e grave, contanto que esta venha sincera e diretamente do coração [...]” (BENJAMIN, 2002, p. 55).

Nesse sentido,

[...] a proposta feita por Mynona no ano de 1916 é hoje mais atual do que nunca: ‘se as crianças devem tornar-se um dia sujeitos completos, então não se pode esconder delas nada que seja humano. A sua inocência já providencia espontaneamente todas as restrições, e mais tarde, quando estas começarem a ampliar-se aos poucos, o elemento novo encontrará personalidades já preparadas. Que os pequeninos riam de tudo, até dos reversos da vida, isso é precisamente a magnífica expansão de uma alegria radiante sobre todas as coisas, mesmo sobre as zonas mais indignamente sombrias e, por isso, tão tristes. Pequenos atentados terroristas maravilhosamente executados, com príncipes que se despedaçam, mas que voltam a se recompor; incêndios que irrompem automaticamente em grandes magazines, arrombamentos e assaltos. Bonecas-vítimas que podem ser assassinadas das mais diversas formas e seus correspondentes assassinos com todos os respectivos instrumentos; guilhotina e forca: pelo menos os meus pequenos não querem mais prescindir de nada disso’. (BENJAMIN, 2002, p. 86-87).

Segundo Khisimoto:

Brougère (1981), em trabalho denominado *Le jouet ou la production de l’efance*, mostra que brinquedos construídos especialmente para a criança só adquirem o sentido lúdico quando funcionam como suporte de brincadeira. Caso contrário, não passam de objetos. É a função lúdica que atribui o estatuto de brinquedo ao objeto fabricado pela indústria de brinquedo ou a qualquer outro objeto. Se uma casa de boneca é objeto decorativo em sala de jantar, disposta em locais apropriados de uma instituição infantil, funciona como objeto simbólico, estimulante de brincadeira para crianças, especialmente de 3 a 4 anos. (KHISIMOTO, 2002, p. 8).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Ao discutir a questão da brincadeira, não posso esquecer que o brinquedo constitui-se como objeto cultural, ou seja, representa a história de um povo, as relações que estes estabelecem entre si, bem como os significados atribuídos aos objetos que produzem. Sobre isso Jaulin (1979, p. 5 apud KHISIMOTO, 2002, p. 8) diz que “o brinquedo não pode ser isolado da sociedade que o criou e reveste-se de elementos culturais e tecnológicos do contexto histórico social”.

Benjamin destaca que:

No início tais brinquedos não foram invenções de fabricantes especializados, mas surgiram originalmente das oficinas de entalhadores em madeira, de fundidores de estanho etc. Antes do século XIX, a produção de brinquedos não era função de uma única indústria. O estilo e a beleza das peças mais antigas explicam-se pela circunstância única de que o brinquedo representava antigamente um produto secundário das diversas oficinas manufatureiras, as quais, restringidas pelos estatutos corporativos, só podiam fabricar aquilo que competia ao seu ramo. Quando, no decorrer do século XVIII, a floraram os impulsos iniciais de uma fabricação especializada, as oficinas chocaram-se por toda parte contra as restrições corporativas. Estas proibiam o marceneiro de pintar eles mesmos suas bonequinhas; para a produção de brinquedos de diferentes materiais obrigavam várias manufaturas a dividir entre si os trabalhos mais simples, o que encarecia sobremaneira a mercadoria. (BENJAMIN, 2002, p. 90).

O brinquedo constitui-se então como um suporte da brincadeira e não a brincadeira em si como muitas vezes compreende os adultos.

Se brinquedos são sempre suportes de brincadeiras, sua utilização deveria criar momentos lúdicos de livre exploração, nos quais prevalece a incerteza do ato e não se buscam resultados. Porém, se os mesmos objetos servem como auxiliar da ação docente, buscam-se resultados em relação à aprendizagem de conceitos e noções, ou mesmo, ao desenvolvimento de algumas habilidades. Nesse caso, o objeto conhecido como brinquedo não realiza sua



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

função lúdica, deixa de ser brinquedo para tornar-se material pedagógico. Um mesmo objeto pode adquirir dois sentidos conforme o contexto em que se utiliza: brinquedo ou material pedagógico. (KHISIMOTO, 2002, p. 14).

O brinquedo, mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é confronto, e, na verdade, não tanto da criança com os adultos, mas, deste com a criança. Pois, quem senão o adulto fornece primeiramente à criança os seus brinquedos? E embora reste a ela uma certa liberdade em aceitar ou recusar as coisas, não poucos dos mais antigos brinquedos (bola, arco, roda de penas, pipa) terão sido de certa forma impostos as criança como objetos de culto, os quais só mais tarde, e certamente graças à força da imaginação, transformaram-se em brinquedo. (BENJAMIN, 2002, p. 96).

Nesse sentido, acredito que a atividade lúdica não deve constituir-se numa “camisa de força” nas instituições escolares, especialmente da educação infantil. O brincar deve ser livre já que, independente da vontade do professor/adulto, a criança sempre se educa no momento que constroem jogos, brinquedo e brincadeiras. Podemos dizer que a brincadeira é a própria cultura da criança.

[...] Hoje talvez se possa esperar uma superação efetiva daquele equívoco básico que acreditava ser brincadeira da criança determinada pelo conteúdo imaginário do brinquedo, quando, na verdade, dá-se o contrário. A criança quer puxar alguma coisa e torna-se cavalo, quer brincar com areia e torna-se padeiro, quer esconder-se e torna-se bandido ou guarda. Conhecemos muito bem alguns instrumentos de brincar arcaicos, que desprezam toda máscara imaginária (possivelmente vinculados na época a rituais): bola, arco, roda de penas, pipa – autênticos brinquedos, ‘tanto mais autênticos quanto menos o parecem ao adulto’. Pois quanto mais atraentes, no sentido corrente, são os brinquedos, mais se distanciam dos instrumentos de brincar; quanto mais ilimitadamente a imitação se manifesta neles, tanto mais se desviam da brincadeira viva. Características nesse sentido são as várias casas de boneca que Gröber apresenta. A imitação – assim se poderia formular – é familiar ao jogo, e não ao brinquedo. (BENJAMIN, 2002, p. 93).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

São nesses momentos de intensa entrega e liberdade que as crianças se constroem enquanto sujeitos autônomos, criativos e autores da sua história. “Mas, se até hoje o brinquedo tem sido demasiadamente considerado como criação para a criança, quando não como criação da criança, assim também o brincar tem sido visto em demasia a partir da perspectiva do adulto, exclusivamente sob o ponto de vista da imitação”. (BENJAMIN, 2002, p. 100). E porque os adultos insistem em tornar esses momentos um processo de vigilância constante? Por que precisam dizer às crianças como brincar, do que brincar, o tempo/hora para brincar, quem pode brincar do que, etc, etc...?

[...] Não há dúvida que brincar significa sempre libertação. Rodeada por um mundo de gigantes, as crianças criam para si, brincando, o pequeno mundo próprio; mas o adulto que se vê acossado por uma realidade ameaçadora, sem perspectivas de solução, liberta-se dos horrores do real mediante a sua reprodução miniaturizada. A banalização de uma existência insuportável contribuiu consideravelmente para o crescente interesse que jogos e livros infantis passaram a despertar após o final da guerra. (BENJAMIN, 2002, p. 85 – grifo nosso).

Nessa discussão se faz necessário também questionar que significado a brincadeira/ludicidade tem adquirido na sociedade contemporânea. Uma sociedade que cada vez mais se movimenta em torno do consumo exagerado. Valemos pelo quê consumimos e o quanto podemos consumir. E as crianças aprendem isso desde os primeiros anos de vida. Consume-se o sapato da moda, a roupa, o brinquedo mais caro, a grife de status, o objeto desejado pelo grupo, etc. O documentário Criança a alma do negócio traduz muito bem esse universo. Uma das cenas que chama a atenção no documentário é a escolha de um simples/pequeno boneco que um menino faz como sendo o seu brinquedo mais importante no meio de um armário repleto de brinquedos. Com esse gesto ela nos demonstra o significado da simplicidade do brinquedo e o ato de brincar.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

[...] Se [...] fizermos uma reflexão sobre a criança que brinca, poderemos falar então de uma relação antinômica. De um lado, o fato apresenta-se da seguinte forma: nada é mais adequado à criança do que irmanar em suas construções os materiais mais heterogêneos – pedras, plastilina, madeira, papel. Por outro lado, ninguém é mais casto em relação aos materiais do que crianças: um simples pedacinho de madeira, uma pinha ou uma pedrinha reúnem na solidez, no monolitismo de sua matéria, uma exuberância das mais diferentes figuras. E ao imaginar para crianças bonecas de bétula ou de palha, um berço de vidro ou navio de estanho, os adultos estão na verdade interpretando a seu modo a sensibilidade infantil. Madeira, osso, tecidos, argila, representam nesse microcosmo os materiais mais importantes, e todos eles já eram utilizados em tempos patriarcais, quando o brinquedo era ainda a peça do processo de produção que ligava pais e filhos. [...] (BENJAMIN, 2002, p. 92).

Cada vez mais nos distanciamos, nos isolamos no nosso mundo particular/individual. E aqui se destaca a necessidade de na educação infantil proporcionarmos a criança o contato com os jogos tradicionais, pois,

Considerando como parte da cultura popular, o jogo tradicional guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico. Essa cultura não oficial, desenvolvida especialmente de modo oral, não fica cristalizada. Está sempre em transformação, incorporando criações anônimas das gerações que vão se sucedendo. (IVIC, 1986, pp. 556-64 apud KHISIMOTO, 2002, p. 24).

Nesse sentido, acredito que precisamos socializar os jogos tradicionais na educação infantil como uma forma de transmitir às crianças a história da humanidade, levando-as a compreender o processo de surgimento e construção desses jogos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O jogo tradicional infantil é um tipo de jogo livre, espontâneo, no qual a criança brinca pelo prazer de o fazer. Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, o jogo tradicional infantil tem um fim em si mesmo e preenche a necessidade de jogar da criança. Tais brincadeiras acompanham a dinâmica da vida social permitindo alterações e criações de novos jogos. (KHISIMOTO, 2002, p. 25).

Acredito que esse seja uma das possibilidades de convenceremos os adultos sobre a importância da ludicidade na educação infantil e, conseqüentemente, não transformarmos essa etapa da educação num espaço de disciplinamento, vigilância e escolarização precoce. Compreendo que ao reforçarmos no cotidiano da educação infantil práticas educativas que privilegiem o processo de escolarização estamos reafirmando políticas públicas que têm como objetivo preparar o futuro trabalhador e atender as políticas do Banco Mundial para a infância que “[...] a partir dos anos 90, vem investindo seriamente nas políticas de educação brasileira e, conseqüentemente, ditando normas a serem cumpridas pelo governo.” (BRANDÃO, 2003, p.29). Segundo Penn (2002, p. 10), “o Banco considera-se um agente intermediário entre as nações ricas do mundo minoritário e as nações pobres do mundo majoritário”. (BRANDÃO, 2003, p.29).

O Banco Mundial define que o objetivo da infância é “tornar-se um adulto plenamente produtivo, o ‘capital humano’ do futuro” (PENN, 2002, p. 10). Nesse sentido, compreende que as intervenções na educação infantil “podem aumentar a eficiência da educação primária e secundária, podem contribuir para maior produtividade e renda futuras, bem como reduzir o custo de serviços públicos e do atendimento à saúde”.(Young, apud PENN, 2002, p. 13). Uma “noção de aprendizagem para toda a vida e ao longo de toda vida. Nesse sentido achamos que



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

intervenções que motive a aprendizagem precoce, facilita o desenvolvimento da sociedade do conhecimento” (Hasan, 2003).²⁷⁴

São políticas voltadas para produzir um tipo humano eficaz e produtivo, embasadas por estudos desenvolvidos no campo da Psicologia do Desenvolvimento, segundo os quais a criança é definida pela sua capacidade cerebral. Com isso, justificam-se as políticas voltadas para o desenvolvimento infantil, especialmente com crianças pobres. Segundo Penn (2002), os consultores do Banco Mundial têm aceitado os pressupostos das práticas adequadas ao desenvolvimento, geralmente encontradas nos manuais dos profissionais que atuam na educação infantil.

Assim, mais uma vez, destaco a importância de pensarmos na criança como um sujeito do seu tempo histórico, um tempo presente e, conseqüentemente, rompermos essa idéia constante nas práticas educativas do espaço escolar, principalmente a educação infantil, de que devemos preparar o futuro cidadão.

CONCLUSÕES

Acredito que nesses apontamentos iniciais sobre o tema ludicidade e educação infantil foi possível evidenciar a necessidade de (re)pensarmos a inserção do lúdico na educação infantil com um enfoque eminentemente didático. Como poderemos avançar numa proposta de trabalho na qual o adulto consiga estabelecer um diálogo sincero e transparente com a criança respeitando o tempo histórico da infância? E o que significa essa infância na sociedade contemporânea? Nessa discussão se faz necessário também questionar o significado da

²⁷⁴ Abrar Hasan representante da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE - França).

Palestra proferida no simpósio: *Grandes Políticas para os Pequenos: perspectivas mundiais e brasileiras*, realizado durante o III Congresso Paulista de Educação Infantil, no período de 28 a 31 de maio de 2003, em Águas de Lindóia - SP.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

brincadeira/ludicidade para a criança enquanto sujeito da sua história e de uma cultura específica.

Esperamos, por meio deste trabalho, contribuir com o debate sobre a educação infantil brasileira.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução, apresentação e notas de Marcus Vinicius Mazzatri; posfácio de Flávio Di Giorgi. São Paulo: duas cidades: ed. 34, 2002.
- BORBA, Ângela Meyer. As culturas da infância no contexto da educação infantil. In: VASCONCELLOS, Tânia. **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EdUFF, 2008.
- BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **Políticas Públicas de Educação Infantil**. Dissertação (mestrado) - São Carlos, UFSCar, PPGE, 2003.
- BRASIL. CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.). **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.
- _____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3v.:il.
- _____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretária de Educação Básica, 2006.
- _____. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação, Câmara De Educação Básica, 2009.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PENN, Helen. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 7-24, mar. 2002.